

“There is no alternative”: ataque ao bem viver, morte da alteridade e fim da história na atopia neoliberal

“There is no alternative”: attack on the well living, death of otherness and end of history in neoliberal atopy

Guilherme José Schons

Graduando em História

Universidade Federal da Fronteira Sul

guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br

Recebido em: 24/09/2020

Aprovado em: 03/01/2021

Resumo: Diante da consumação de um genocídio no Brasil, questionaremos as condições materiais que levam a uma racionalidade calcada no ataque ao bem viver, na morte da alteridade e no fim da história. Compreenderemos que o neoliberalismo, nas últimas décadas, esteve centrado no “realismo capitalista” e na crença de não haver alternativas ao sistema que, nesse sentido, formaram uma atopia. Assim, o Outro teve sua humanidade desprezada e ocorreu uma autorização subjetiva para o abate. Após a crise de 2008 e com o golpe de 2016, ganhou espaço uma agenda de recrudescimento da repressão à classe trabalhadora configurando um capitalismo zumbi marcado por uma face totalitária na qual a estrutura privada é o único modelo de sociabilidade e em que o Estado é pensado como uma empresa e gerido com base nos critérios de eficiência e eficácia. Dessa maneira, forma-se uma jaula de aço uma vez que, apesar de o velho já ter morrido, o novo não consegue nascer. Para além desse impasse, a resistência popular suscita mobilizações rizomáticas que apontam a reabertura do horizonte temporal e, com isso, aparecem como indício da gestação coletiva de um outro mundo possível.

Palavras-chave: Realismo capitalista; Capitalismo zumbi; Neoliberalismo totalitário.

Abstract: Faced with the consummation of a genocide in Brazil, we will question the material conditions that lead to a rationality based on the attack on the well living, on the death of otherness and at the end of history. We will understand that neoliberalism, in the last decades, was centered on “capitalist realism” and on the belief that there are no alternatives to the system that, in this sense, formed an atopy. Thus, the Other had its humanity despised and there was a subjective authorization

for the slaughter. After the 2008 crisis and the 2016 coup, an agenda of increased repression against the working class took shape, configuring zombie capitalism marked by a totalitarian face in which the private structure is the only model of sociability and in which the State is thought as a company and managed based on the criteria of efficiency and effectiveness. In this way, a steel cage is formed since, although the old has already died, the new cannot be born. In addition to this impasse, popular resistance raises rhizomatic mobilizations that point to the reopening of the time horizon and, with this, appear as an indication of the collective gestation of another possible world.

Keywords: Capitalist realism; Zombie capitalism; Totalitarian neoliberalism.

Primeiras palavras

Em entrevista, Eduardo Viveiros de Castro (2020) afirmou que a tragédia deflagrada no Brasil durante a pandemia do Covid-19 revela que estamos vivendo um genocídio. Segundo o antropólogo, a situação assustadora resulta da negligência e da incompetência de alguns responsáveis, mas trata-se também da consumação de um projeto deliberado por autoridades dos governos. Nesse sentido, por mais terrível que essa realidade seja, o Estado apresenta-se como um aliado do vírus. “Nós estamos em uma atmosfera de guerra civil em gestação, com discursos racistas mais e mais assumidos. E tudo isso é feito com o apoio do grande capital – sem cujo suporte nada é feito no Brasil”¹ (2020, on-line) [tradução nossa].

Diante dessa perspectiva, pode-se inferir que há no campo material a execução de uma racionalidade que objetiva o extermínio do Outro. Ou seja, na lógica que sustenta o descaso proposital, determinados corpos devem ser abatidos tendo como critério de vida/morte os interesses privados. Em todo caso, os indivíduos cuja existência não tem valor aos olhos do mercado inserem-se em determinados grupos específicos. Nas palavras de Castro, “Nós estamos experimentando, sob o efeito de nossa própria ação, o que os indígenas passaram.”² (2020, on-line) [tradução nossa]. Isto é, há marcadores que indicam a atual situação como um momento em que aqueles que subvertem o comportamento hegemônico são descartados, tal qual os povos originários quando da invasão e colonização de *Abya Yala*.

¹ Original em francês: “*Nous sommes dans une atmosphère de guerre civile en gestation, avec des discours racistes de plus en plus assumés. Et tout cela se fait avec l’appui du grand capital – sans le soutien duquel rien ne se fait au Brésil!*”.

² Original em francês: “*Nous sommes en train d’expérimenter, sous l’effet de notre propre action, ce que les Indiens ont vécu.*”.

Dessa forma, cabe questionar qual seria o arcabouço teórico que fundamenta esse ataque às sociabilidades que não se enquadram no padrão capitalista vigente; em outras palavras, o que estaria por trás do ataque ao bem viver³? A hipótese sustentada no presente artigo reivindica tratar-se de uma atopia⁴ imbricada na doutrina neoliberal que neste momento mostra sua face totalitária. Nesse cenário, ter-se-ia a morte da alteridade e a ideia de fim da história como operadoras dessa agenda contra a democracia e a república que, no Brasil, passa a avançar após o golpe de 2016. Assim, as alternativas possíveis seriam eliminadas, enquanto taxadas de inviáveis, e sequer conseguiríamos imaginar outro mundo.

Para além dessa mentalidade que será analisada, este texto pretende problematizar as brechas que a política atual possa vir a apresentar. Com isso, entenderemos o recrudescimento do regime predominante desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, como um indício de desespero suscitado pela crise mundial de 2008. Assim, o genocídio que acontece hoje no Brasil é compreendido como uma contrarrevolução preventiva de um neoliberalismo zumbi assustado com a possibilidade de reabertura do horizonte temporal. Diante da ideologia fatalista das últimas décadas, seria mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Todavia, as mobilizações rizomáticas da alteridade que resistiu aparecem como buracos em uma “jaula de aço” (WEBER, 2004, p. 165).

Com vistas à abrangência desses aspectos, o presente artigo estará dividido em eixos básicos. No primeiro momento, abordaremos a história do neoliberalismo. Para isso, apresentaremos o contexto do surgimento teórico da doutrina, suas primeiras aplicações no mundo e a experiência brasileira. Na sequência, exploraremos a categoria “realismo capitalista” (FISHER, 2009) no intuito de escancarar a ideologia que sustenta a esterilidade de ideias que garante a hegemonia do capital. Após, examinaremos o totalitarismo como a nova face neoliberal no pós-crise de 2008 (CHAUÍ, 2019). Em seguida, pretendemos refletir sobre a conjuntura com vistas à defesa da alteridade do bem viver, filosofia ameaçada fortemente nestes tempos. Por fim, nossa conclusão é um convite a esperançarmos.

³ Neste artigo, classificamos como “bem viver” as formas de vida subversivas à lógica hegemônica do sistema capitalista.

⁴ Ao longo do texto, usaremos o termo “atopia” para nos referirmos ao “não-lugar” marcado pela ausência de um outro. Ou seja, o estágio no qual nada pode ser diferente – em que não há alteridade –, uma vez que “*there is no alternative*”. Além desse significado, a palavra pode ser associada, no campo das ciências da saúde, a uma alergia. Nesse sentido, podemos compreender essa eliminação do que é diferente/diverso, promovida pela lógica capitalista, também como um efeito da incapacidade de se lidar com aquilo que subverte a racionalidade hegemônica.

Origens da teoria econômica neoliberal

A quebra da bolsa de valores de Nova York, ocorrida em 1929, apontou o esfacelamento da ordem liberal clássica. Isto é, a superprodução gerou um excesso de oferta diante de pouca demanda, para utilizar uma lei cara à economia burguesa, que, por sua vez, levou à constatação de que o modelo fordista poderia ser prejudicial às táticas de acumulação do capital caso rompesse com o metabolismo do sistema. Tratou-se, nesse sentido, de uma situação-limite dentro daquele arranjo vigente que, desse modo, teve sua hegemonia posta em xeque. Sendo assim, as consequências do evento não se restringiram à quinta-feira 24 de outubro daquele ano, mas geraram a chamada Grande Depressão caracterizada pela

[...] deflação do preço das mercadorias e ativos, causadas pela dramática redução do nível de atividade econômica, que afetou a economia norte-americana, mas também, embora de maneira desigual, a economia da maioria dos países do mundo, durando cerca de uma década, ou seja, até o advento da Segunda Guerra Mundial. (PRADO, 2011, p. 10).

Tendo em vista esse marco, constata-se que o modo de produção capitalista esteve sob forte ameaça. Diante da retração econômica e seus efeitos nefastos, sobretudo para a classe trabalhadora, e da existência de alternativas políticas viáveis e em aplicação no mundo, havia risco à dominação burguesa. Com isso, o então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, adotou uma política econômica distinta, o *New Deal*, formulada a partir das teorias de John Maynard Keynes. Assim, ocorre o aumento do investimento público para compensar a menor despesa privada (JESUS, 2011, p. 128). Ou seja, o Estado atuou no sentido de salvar e sustentar a perpetuação do capitalismo sem que se assumisse a existência de exploração do proletariado através da apropriação de mais-valia.

Por meio das novas medidas postas em prática, houve reaquecimento da economia e pode-se constituir um assim denominado bem-estar social nos Estados Unidos. Além disso, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, por um lado a produção estadunidense fortaleceu-se ainda mais e, por outro, esse modelo de socialdemocracia pôde ser estendido a outros países, sobretudo do continente europeu. Entretanto, jamais foi plenamente efetivado nos países dependentes e desprivilegiados na divisão internacional do trabalho.

Nessa conjuntura, se estabelece o antagonismo entre os blocos capitalista e socialista que atuaria como cerne da Guerra Fria, contexto em que a “ameaça comunista” era entendida como uma

alternativa real e, dessa forma, o Outro (União Soviética) atuou como um sustentáculo de políticas aplicadas nos Estados Unidos e que interessaram aos trabalhadores e às trabalhadoras. Aqui, o keynesianismo aparece como um conjunto de estratégias do Estado dirigido pela burguesia tendo como intuito o controle social de explorados para que esses não se revoltassem. Tratou-se, portanto, de uma política econômica contra o anticapitalismo.

Todavia, diante da necessidade de enriquecimento intrínseco ao papel de classe desempenhado pela elite, o Estado de bem-estar social não foi unanimidade e, assim, houve o desenvolvimento de uma teoria crítica à intervenção do que é público em prol dos direitos da população. Dessa maneira, nasce o neoliberalismo. Em um primeiro momento, as formulações dessa corrente estiveram centradas na Escola Austríaca tendo como expoentes Ludwig Heinrich Edler von Mises e Friedrich August von Hayek. Outrossim, no que se refere ao delineamento de uma doutrina propriamente dita, é preciso destacar dois momentos específicos, quais sejam, o Colóquio Walter Lippmann (1938) e os encontros da Sociedade Mont-Pèlerin (1947), espaços nos quais estavam presentes, além dos austríacos, os ordoliberalistas alemães e o próprio estadunidense Milton Friedman (DARDOT; LAVAL, 2016).

Segundo eles, a atividade econômica deveria primar pela “[...] individualidade ou das pessoas ou das empresas.” (CERQUEIRA, 2008, p. 169). Ora, para além da ideia de “Estado mínimo” e sua “mão invisível” – ícone das formulações de Adam Smith – o que se tem aqui é um Estado forte para retirar direitos, conter gastos sociais, gerar desemprego, isentar os ricos, tirar dos já miseráveis e abrir espaço para o mercado. Inclusive, como apontado por Wacquant (2001), enxergaremos a constituição de um Estado penal cuja função é controlar a rebeldia dos subjugados pelo sistema – no Brasil⁵, através de uma guerra aos pobres. Com isso forma-se um paradoxo: essa governamentalidade pretende remediar os problemas sociais por meio do emprego da violência policial militarizada ao mesmo tempo em que degrada a estrutura de assistência social através de programas de austeridade. Ou seja, ocorre a formação de um ciclo de problemas no qual o tratamento penitenciário não é a solução, mas sim a sua causa. Sob essa óptica, corroboramos o argumento de Marielle Franco (2014, p. 123), de acordo com o qual as Unidades de Políticas Públicas (UPPs) é que são cada vez mais

⁵ Sobre as políticas de segurança pública que deflagram um Estado penal neste país, podemos consultar a dissertação de mestrado de Marielle Franco apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) da Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2014.

necessárias ao apontarem uma chance de mudança cultural em territórios nos quais o Estado se omite e chancela a barbárie contra a classe trabalhadora.

Nessa lógica, a teoria neoliberal expande a cisão entre capitalismo e democracia uma vez que o Estado é apartado de qualquer prática social além da austeridade. Com isso, percebe-se, desde as primeiras formulações neoliberais, a noção de que todos os indivíduos estão em base de igualdade, ainda que seja apenas jurídica, e que a assistência estatal seria uma interferência prejudicial no mercado. Tem-se, destarte, a emergência da “teoria do capital humano”, que viria a ser criticada por Foucault (2008, p. 297-328). Nela, o que passa a nortear as relações sociais é o paradigma da competição e cria-se, nesse cenário, o “sujeito-empresa” que seria o acionista da sua própria força de trabalho. Caso o empreendimento, que é o trabalhador, não obtivesse sucesso, a culpa seria exclusivamente dele. Afinal, o paradigma do neoliberalismo está na defesa da percepção das escolhas individuais como a orientação fundamental para a dinâmica do mercado.

Para além das formulações conceituais da doutrina neoliberal já analisadas e criticadas neste artigo, a partir da década de 70 e a crise do petróleo tem-se a implementação de uma agenda antipovo a começar pela América Latina. Esse processo foi absolutamente traumático e constituiu uma política de ataque ao bem viver e morte da alteridade. A seguir, iremos nos concentrar nesse momento. Afinal, a história não acabou e, à vista disso, as formulações austríacas seguem representando perigo aos que se colocam como alternativa ao capitalismo, o que mostra a relevância deste estudo.

A democracia estava indo longe demais: neoliberalismo em prática

A doutrina neoliberal teve o Chile como laboratório. Essa experiência atrelou-se ao anseio de derrubada do governo Salvador Allende, presidente socialista eleito democraticamente, por parte da burguesia nacional e dos Estados Unidos. Em face do ideal de liberdade pregado nas suas primeiras formulações, o parto da racionalidade aqui esmiuçada foi manchado com sangue. No dia 11 de setembro de 1973, militares invadiram a La Moneda, sede do poder executivo chileno, e levaram Allende à morte. Com isso, o general Augusto Pinochet chegava ao poder.

A princípio, a movimentação golpista não possuía um programa econômico bem delineado. Seu intuito fundamental era brechar a experiência de construção do poder popular que a coalização do

governo de esquerda, a Unidade Popular, vinha colocando em prática. No entanto, logo a posição contrarrevolucionária a aproximaria de economistas ligados à Escola de Economia de Chicago. De acordo com Guerrero Rojas, a partir daí, o modelo implantado “tinha a pretensão de construir uma **‘sociedade tecnificada’**; uma sociedade onde os mais capacitados tomam decisões técnicas para as quais foram treinados.” (2014, p. 97) [grifo do autor]. Com isso, o país passou a operar com base em uma lógica privatista que levou à retirada de direitos, muitos dos quais ainda não reestabelecidos. Em todo caso, o que vemos é a introdução do que Cruz denomina de “reformas orientadas para o mercado” (1998, p. 8), isto é, um conjunto de medidas que direcionam a ação política neoliberal, mas que variam consideravelmente entre as nações, uma vez que as “economias de mercado” também irão se distinguir caso nos arvoremos a compará-las.

Marcada por práticas de terrorismo de Estado, a ditadura chilena serviu de exemplo para governos da Inglaterra e dos Estados Unidos, primeiro com Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente. Tal contexto suscitou a hegemonia do “realismo capitalista” (FISHER, 2009) marcado pela morte das alternativas – conceito que será explorado neste artigo. Sendo assim, com a queda do Muro de Berlim e o enfraquecimento do socialismo, criou-se o que aqui caracterizamos como atopia, isto é, o não lugar, o estágio no qual nada pode ser diferente e em que a esperança aparece como perigosa ilusão.

Ao redor do mundo, onde instalou-se no poder, o neoliberalismo desmontou os avanços civilizacionais empreendidos pela socialdemocracia e funcionou, nesse sentido, como um aparelho de elevação da exploração capitalista. Isso porque, atuou no sentido de retirar da classe trabalhadora o assim chamado “salário indireto”, ou seja, destruiu os serviços públicos no intuito de maximizar a aplicação dos recursos estatais na iniciativa privada atuando, desse modo, como bastião dos interesses do mercado em detrimento dos direitos da população, a qual deveria contentar-se em fazer sacrifícios em nome da manutenção da ordem social existente, sendo essa a única realidade possível e desejável.

Pode-se dizer, portanto, que a agenda neoliberal, desde sua implementação, no Chile, na Inglaterra e nos Estados Unidos, esteve conectada ao ataque às organizações populares e coletivas que pudessem pautar uma realidade outra calcada na perspectiva do bem viver – no caso chileno recorrendo, inclusive, a torturas, desaparecimentos e assassinatos. Muito aquém da ideia de igualdade

jurídica o que aconteceu foi a supressão da justiça quando da atuação do governo em prol da repressão policial a grupos contrários às políticas de austeridade. Tem-se, portanto, um Estado máximo no que concerne à garantia de enriquecimento da classe dominante e empobrecimento dos desprivilegiados. Se Hayek defendia que a liberdade econômica está acima das demais e, portanto, é possível um modelo de livre mercado em uma ditadura política – em suas palavras uma “[...] ditadura dos bons.” (HAYEK, 1990, p. 156), ou seja, desde que essa não seja a do proletariado –, perceberemos como, de fato, o neoliberalismo corrói a democracia – e esse não é um desvio negativo, mas sim um eixo estrutural do modelo (CASARA, 2017, p. 10).

A era dos Fernandos: neoliberalismo no Brasil

A eleição de um civil para a presidência da República por vias indiretas (1985), a promulgação da Constituição (1988) e a posse de Fernando Collor de Mello (1990) puseram fim à ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964. Entretanto, tais marcos históricos não representaram uma oportunidade para a construção da democracia popular. Prova disso é a vexatória impunidade que beneficiou ditadores e torturadores. Muito aquém do desenvolvimento de uma alternativa àquele sistema, a Nova República nasceu intrinsecamente conectada ao capitalismo neoliberal.

A partir desse período, criou-se uma atmosfera de convencimento da população em relação à necessidade de uma política econômica centrada na redução da máquina estatal e de abertura comercial, o que implicou uma série de privatizações. Conforme Paulani (2006, p. 90),

Os ganhos prometidos iam do lugar ao sol no mercado global ao desenvolvimento sustentado, da manutenção da estabilidade monetária à distribuição de renda, da evolução tecnológica à modernização do país. Collor não teve tempo para pôr em marcha esse projeto – a não ser muito timidamente o processo de privatização –, mas a referida pregação ganhou força inegável e passou a comandar todos os discursos.

Com o *impeachment* de Collor e a posse de Itamar Franco como presidente (1992), a agenda de ataque à estrutura estatal em nome de um ajuste fiscal avançou. Projeto que seria, também, suporte do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994 e reeleito em 1998 ao renegar seu passado de sociólogo marxista (PORTO, 2009, p. 6). A marca positiva do período foi de diminuição da inflação a partir do Plano Real. Todavia, tal conquista teve um preço: uma postura de desinvestimento do Estado mediante orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, a

classe trabalhadora foi seriamente prejudicada, uma vez que “[...] mesmo que tenha havido uma pequena melhora na renda da população mais pobre, por conta do fim do imposto inflacionário, o desemprego aberto e o emprego na economia informal crescem a olhos vistos.” (NEGRÃO, 1996, p. 8).

Não obstante, a concepção econômica dos governos Lula e Dilma, constituídos a partir de 2003, contou com influência de segmentos ligados ao neoliberalismo. Apesar da suspensão da prática de privatização e dos enormes avanços sociais do período, nos interessa pensar como a racionalidade neoliberal pode constituir uma patologia da esquerda tendo como ápice o combate à radicalidade dentro do próprio campo⁶ – assunto para a próxima seção. Isso porque, como suscitado por Fernandes (2019), houve um período de afastamento da cúpula de poder que dirigia o país em relação à base da classe trabalhadora. Nesse sentido, instaurou-se uma brecha, inclusive, para a aprovação de pautas contrárias aos interesses dos sujeitos identificados à esquerda, bem como, com o passar do tempo, ficou cada vez mais perceptível a presença de setores vinculados ao empresariado no governo. São desperdícios de oportunidades para a reafirmação de utopias, os quais abriram espaço para o que a autora classifica como “pós-política” (mascaramento das contradições do sistema capitalista) e “ultrapolítica” (reificação das relações antagônicas mediante falsa radicalização).

De todo modo, segundo Porto (2009), o avanço dessa onda neoliberal no Brasil representou a consagração de uma postura de ataque ao Estado desenvolvimentista constituído ainda na década de 30. Com isso, a intervenção governamental naquilo que diz respeito ao estímulo da economia – por exemplo, a geração de emprego – foi maculada. Tal percepção atendeu aos interesses estadunidenses de desregulamentação da legislação neste país dependente. Entretanto, houve um conseqüente abandono do povo, o qual passou a sofrer com o desmonte da área de políticas sociais. Dessa maneira, as “reformas orientadas para o mercado” (CRUZ, 1998, p. 8) trataram-se de medidas “[...] *contra os interesses e as aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros.*” (NETTO, 1999, p. 75, grifo do autor), uma vez que implicaram a deflagração de um “[...] Estado absolutamente servil ao grande capital internacional.” (BRAZ, 2004, p. 55). Ademais, com o golpe de 2016, há em curso uma contrarrevolução preventiva que intenta a retirada de direitos conquistados via Partido dos Trabalhadores (PT). Sendo assim, nos debruçaremos sobre essa nova fase da ortodoxia no Brasil.

⁶ No que se refere, especificamente, à despolitização da esquerda no Brasil, temos como trabalho de referência os estudos de Fernandes (2019) – de acordo com os quais há um quadro que configura uma “crise de práxis”.

Através de reflexão sobre esses aspectos, pretendemos compreender como instituiu-se um programa de eliminação da possibilidade de diversidade que suscita o genocídio do Outro.

“Realismo capitalista” e o discurso da esterilidade neoliberal

Mark Fisher, filósofo marxista britânico falecido em 2017, inicia sua principal obra, intitulada *Realismo Capitalista: Não Há Alternativa?*⁷ (2009) [tradução nossa], refletindo sobre o filme *Filhos da Esperança*⁸ (2006) do cineasta Alfonso Cuarón. Na história, a humanidade tornou-se estéril. Isto é, estaríamos diante de um fim do mundo marcado pelo lento cancelamento do futuro. Nenhum cientista consegue encontrar a cura para essa síndrome. Há anos não ocorriam nascimentos e, nesse sentido, em décadas todas as pessoas iriam morrer e nossa espécie seria extinta. Tem-se, assim, uma atopia, contexto no qual nada pode ser diferente. O nosso destino já está traçado e não se pode fazer nada para alterá-lo.

Se poderíamos pensar que essa situação-limite suscitaria solidariedade entre os indivíduos, o filme choca. Muito aquém de paz e de amor, o que se tem é o império da violência. O mundo vai acabar. E as pessoas estão se matando. O governo explode bombas para culpar imigrantes, que são submetidos a situações indignas durante sua deportação. A burguesia segue enriquecendo e controlando o poder político. Para quê? No apocalipse – ainda que esse não possa ser vislumbrado como um evento espetacular, mas sim é a relés singularidade da morte do último humano sobrevivente – ninguém será poupado. A longo prazo, todos estarão mortos e não haverá mais vivos no planeta. Qual a intenção de travar guerras diante do fim?

Perguntado sobre isso pelo seu irmão (que é o “mocinho” do filme), um político rico que está aproveitando o momento para adquirir obras de arte renomadíssimas responde do alto de sua cobertura após uma refeição farta: “eu apenas não penso nisso”. Ora, a partir dessas palavras, podemos inferir que, tal qual defendido por Adorno (1995, p. 37), a barbárie reside na irreflexão. O que a racionalidade que governa os indivíduos do filme faz é convencê-los de que a realidade existente é única e de que, portanto, seria inútil rebelar-se contra um sistema que leva à morte. Aquele seria o jeito como as coisas são. Caberia aos sujeitos pensantes não pensar e aceitar a

⁷ No original em inglês: *Capitalist Realism: Is There No Alternative?*.

⁸ Essa é a tradução do título do filme no Brasil. Em inglês, chama-se *Children of Men*, ou seja, *Filhos dos Homens*.

eliminação do futuro visto, naquela lógica, não existir possibilidade de um mundo outro assentado na perspectiva do bem viver.

Com isso, entende-se que a esterilidade não está restringida à capacidade de reprodução, mas sobretudo à ausência de novas ideias. Isso é o “realismo capitalista”: “[...] a sensação generalizada de que não apenas o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, mas também de que agora é impossível até mesmo imaginar uma alternativa coerente a ele.”⁹ (FISHER, 2009, p. 4) [tradução nossa]. Desse modo, toda e qualquer ação humana anticapitalista é representada como inútil e chega-se à noção de fim da história. Afinal, “O 'realismo' aqui é análogo à perspectiva deflacionária de um depressivo que acredita que qualquer estado positivo, qualquer esperança, é uma ilusão perigosa.”¹⁰ (FISHER, 2009, p. 7) [tradução nossa].

A partir da circulação dessa doutrina e do conseqüente entorpecimento das capacidades cognitivas da sociedade, Fisher afirma que, conforme Fredric Jameson e Slavoj Žižek, é mais fácil imaginar o fim do mundo do que imaginar o fim do capitalismo¹¹ (2009, p. 4) [tradução nossa]. Daí a verossimilhança da narrativa de *Filhos da Esperança*, ainda que essa tenha sido pensada como distopia. O que a hegemonia, isto é, a ideologia do capital entranhada nas mentes de todos e todas faz é um aborto coletivo da diversidade. Dessa maneira, se houver apocalipse, a superestrutura pretenderá que os indivíduos aceitem passivamente o controle da burguesia sobre o que restar, ainda que isso signifique violência, destruição e sofrimento àqueles que subvertem a lógica capitalista, branca, cisheteronormativa e imperialista.

Para a seqüência do presente artigo, nos interessa partir da concepção de que os neoliberais são “[...] os realistas capitalistas por excelência [...]”¹² (FISHER, 2009, p. 4) [tradução nossa]. Através de tal compreensão, identificamos que Mark Fisher está explorando os meandros da racionalidade padrão pós-1989. Como já analisado, é o enfraquecimento do socialismo que permite o desmantelamento do estado de bem-estar social e o recrudescimento do sistema capitalista no mundo tendo por base o neoliberalismo. Nesse aspecto, a nova agenda coloca-se como um mal

⁹ Em inglês: “[...] *the widespread sense that not only is capitalism the only viable political and economic system, but also that it is now impossible even to imagine a coherent alternative to it.*”

¹⁰ “*The 'realism' here is analogous to the deflationary perspective of a depressive who believes that any positive state, any hope, is a dangerous illusion.*”

¹¹ Original: “[...] *phrase attributed to Fredric Jameson and Slavoj Žižek, that it is easier to imagine the end of the world than it is to imagine the end of capitalism.*”

¹² No livro, “*Neoliberals, the capitalist realists par excellence [...]*”.

necessário após termos sido salvos da revolução socialista, sendo essa considerada fracassada. Ou seja, o “realismo capitalista” não tem a pretensão de ser enxergado como positivo. Pelo contrário, ele se assume como prejudicial aos direitos da classe trabalhadora. No entanto, não haveria nenhuma outra possibilidade além dele próprio.

Por meio desse raciocínio, “A atitude de distância irônica própria do capitalismo pós-moderno deve nos imunizar contra as seduções do fanatismo. Reduzir nossas expectativas, nos dizem, é um pequeno preço a pagar por sermos protegidos do terror e do totalitarismo.”¹³ (FISHER, 2009, p. 7) [tradução nossa]. Depreende-se, a partir disso, que o neoliberalismo se serve de e consome toda a história que lhe é anterior¹⁴ (FISHER, 2009, p. 6). Há, com isso, uma instrumentalização acompanhada de falsificação do passado, que, assim, é usado politicamente em operações de caráter econômico. O maior exemplo dessa prática refere-se a críticas injustas e incoerentes a grande parte das experiências socialistas do século XX. Enquanto isso, Pinochet segue como ídolo para autoridades neoliberais – fato que encontra lastro na afirmação de Hayek de que a liberdade econômica estaria acima da democrática (1990, p. 142).

Nosso autor fala da Inglaterra. Dessa forma, sua maior referência de análise é o governo Thatcher (1979-1990). Para Fisher:

Os anos 80 foram o período em que o “realismo capitalista” lutou e foi estabelecido, quando a doutrina de Margaret Thatcher de que '**não há alternativa**' – um slogan de realismo capitalista tão sucinto quanto se poderia esperar – se tornou uma profecia brutalmente autorrealizável.¹⁵ (2009, p. 10) [tradução nossa, grifo nosso].

Chegamos, destarte, à fórmula do “realismo capitalista”: o TINA, na sigla em inglês. Tendo atuado como sustentáculo das políticas de austeridade no Reino Unido e em outras partes do mundo, constituiu-se em três eixos, a saber:

1. Esgotamento da imaginação: faz com que pensemos não possuir capacidade de imaginar e muito menos construir outro mundo. Somos tornados estéreis de ideias.

¹³ Em inglês: “*The attitude of ironic distance proper to postmodern capitalism is supposed to immunize us against the seductions of fanaticism. Lowering our expectations, we are told, is a small price to pay for being protected from terror and totalitarianism.*”

¹⁴ “*The power of capitalist realism derives in part from the way that capitalism subsumes and consumes all of previous history [...]*”

¹⁵ “*The 80s were the period when capitalist realism was fought for and established, when Margaret Thatcher's doctrine that '**there is no alternative**' – as succinct a slogan of capitalist realism as you could hope for – became a brutally self-fulfilling prophecy.*” [grifo nosso].

2. Resignação: diante da existência de apenas um modo de vida, entregar-se às políticas de austeridade passa a ser enxergado como um ato heroico. Paulo Freire chama esse aspecto de cinismo da ideologia fatalista da malvadez neoliberal (1996, p. 14).

3. Fechamento do horizonte temporal: celebra o suposto fim da história no qual, daqui por diante, não haverá chance de transformação das condições materiais de vida. Em última instância, trata-se da morte da utopia e do sonho que reforça as estratégias de asfixia da liberdade (FREIRE, 1996, p. 115).

Esses aspectos levam à formatação de um indivíduo pensado como universal: o “*homo reaganus*” (FISHER, 2009, p. 13). Com isso, dá-se o assassinato da alteridade e, especificamente, a autorização racional para o abate dos que não se enquadram no padrão vigente do sistema capitalista neoliberal. Assim, para termos direito à vida resta-nos aceitar as formulações influenciadas pela ideia de “sujeito-empresa”, empreendedorismo e “teoria do capital humano”. O Outro – indígenas, mulheres, LGBTs, PCDs, idosos – é visto como invasor, tal qual os imigrantes no filme de Alfonso Cuarón – e, também, nesse mundo que está sendo aqui criticado.

Para além da chance de identificação com as vítimas do neoliberalismo, tendo em perspectiva a capacidade de metabolismo e controle do que lhe desafia, o “realismo capitalista” pode, inclusive, cooptar o anticapitalismo como meio de sustentar seu poder. Para Fisher, “Um filme como *Wall-E* exemplifica o que Robert Pfaller chamou de ‘interpassividade’: o filme realiza nosso anticapitalismo para nós, permitindo-nos continuar a consumir impunemente.”¹⁶ (2009, p. 14). Isso porque, o filme, que conta com grande audiência, manipula a sensibilidade dos espectadores em relação à causa ambiental enquanto mostra os humanos ali representados vivendo, no espaço, a partir dos marcos capitalistas centrados na mercantilização ao mesmo tempo em que fetichiza a mercadoria ao ocultar as relações sociais de produção que permitiram que as personagens permanecessem sentadas, fúteis e sem senso crítico. Em nenhum momento, *Wall-E* nos leva a pensar em uma revolução ecosocialista. Longe disso, o capitalismo destruiu o mundo, mas, no fim das contas, a Terra recuperou-se e, graças à tecnologia, tudo voltou ao “normal”, isto é, ao capitalismo neoliberal. Dessa forma, a sensibilização que o filme possa vir a gerar não leva à revolta. Pelo contrário, nas palavras de Fisher, “Enquanto

¹⁶ “*A film like Wall-E exemplifies what Robert Pfaller has called ‘interpassivity’: the film performs our anti-capitalism for us, allowing us to continue to consume with impunity.*”

acreditarmos (em nossos corações) que o capitalismo é ruim, somos livres para continuar a participar da troca capitalista.”¹⁷ (2009, p. 15) [tradução nossa].

Não obstante, é necessário ressaltar que é, de fato, a atopia neoliberal que atua na degradação da natureza e, assim, faz parte de um projeto de morte que fere a biodiversidade e qualquer filosofia que esteja baseada no bem viver. Conforme Fisher,

A relação entre capitalismo e eco-desastre não é coincidência nem acidental: a 'necessidade de um mercado em constante expansão' do capital, seu 'fetiche de crescimento', significa que o capitalismo é, por sua própria natureza, oposto a qualquer noção de sustentabilidade.¹⁸ (2009, p. 20-21) [tradução nossa].

Através disso, entendemos o capitalismo obrigatoriamente como uma força devastadora de tudo o que existe. Trata-se de um projeto de extermínio do Outro calcado em categorias e divisões construídas historicamente e, no entanto, representadas como a única configuração existente e aceitável. Dessa maneira, os corpos que subvertem a lógica hegemônica são os mais suscetíveis, ou seja, são desumanização e morte em potencial. São o apagamento da existência e os mais prejudicados com as políticas de recrudescimento do sistema que implica a retirada de direitos. Nesse sentido, viver sob o capital é viver mal.

Não obstante, “Nos últimos trinta anos, o realismo capitalista instalou com sucesso uma 'ontologia de negócios' na qual é simplesmente óbvio que tudo na sociedade, incluindo saúde e educação, deve ser administrado como um negócio.”¹⁹ (FISHER, 2009, p. 19) [tradução nossa]. Por meio desse dispositivo, o cidadão é visto como um consumidor do Estado, que, assim, passa a operar pela privatização. Não que ele, apenas, pratique a privatização. O próprio Estado é que é privatizado porque pensado como uma empresa – estrutura que chamaremos de “neoliberalismo totalitário”.

Com esses métodos, o “realismo capitalista” leva os sujeitos a uma melancolia marcada pelo que Fisher chama de “[...] impotência reflexiva [...]”²⁰ (2009, p. 23) [tradução nossa]. Isto é, as pessoas até podem ser levadas a tomar consciência dos problemas do mundo, mas, entretanto, qualquer solução proposta passa por lógicas atreladas ao sistema tal qual se apresenta na atualidade, sem a

¹⁷ “*So long as we believe (in our hearts) that capitalism is bad, we are free to continue to participate in capitalist exchange.*”.

¹⁸ “*The relationship between capitalism and eco-disaster is neither coincidental nor accidental: capital's 'need of a constantly expanding market', its 'growth fetish', mean that capitalism is by its very nature opposed to any notion of sustainability.*”.

¹⁹ “*Over the past thirty years, capitalist realism has successfully installed a 'business ontology' in which it is simply obvious that everything in society, including healthcare and education, should be run as a business.*”.

²⁰ “[...] *reflexive impotence* [...]”.

possibilidade de construção do novo. Daí, podermos falar na existência de um “comunismo liberal”, caracterizado pela ação de ricos filantropos que combinariam em sua retórica a busca pelo lucro em paralelo a uma suposta defesa da preservação ecológica – notadamente George Soros e Bill Gates (FISHER, 2009, p. 29)²¹. Essa passa a ser ideologia dominante do capitalismo, pelo menos, no centro do sistema.

Dessa forma, compreendemos que “[...] os afetos que predominam no capitalismo tardio são o medo e o cinismo.”²² (FISHER, 2009, p. 78) [tradução nossa]. Assim, quando falamos na ausência de alternativas nos referimos não ao real propriamente dito, mas sim à realidade que o capitalismo pretende que acreditemos ser verdadeira. Todavia, ela não passa de ideologia. Trata-se de um dispositivo discursivo destinado a atuar na chancela do ataque ao bem viver, da morte da alteridade e do fim da história. Falamos, portanto, de um programa delineado de ataque à classe trabalhadora tendo em vista, para a burguesia, ser desnecessário manter certos direitos básicos estando mantida a estabilidade da acumulação de capital e não havendo chance de processo revolucionário no horizonte mais próximo.

Após a crise de 2008, surgiu a hipótese de que o “realismo capitalista” poderia ser superado por projetos de caráter anticapitalista que surgiriam a partir dali. No entanto, até o momento o que vemos é o avanço de uma agenda contra o proletariado ao redor do mundo. Qual seria o movimento do capital na conjuntura? Dedicaremos as próximas páginas do artigo para responder essa questão. Para tal, partimos da defesa de Fisher de que:

A invocação da ideia de que 'não há alternativa', e a recomendação de 'trabalhar de maneira mais inteligente, não mais difícil', mostra como o realismo capitalista dá o tom para as disputas trabalhistas no pós-fordismo. Acabar com o regime de fiscalização, observou um conferencista com sarcasmo, parece mais impossível do que acabar com a escravidão. Tal fatalismo só pode ser desafiado se um novo sujeito político (coletivo) surgir.²³ (2009, p. 55) [tradução nossa].

Ou seja, o sistema capitalista não se mostrará autodestrutivo enquanto a classe dominante estiver no comando das dinâmicas de reprodução da vida. Essa perspectiva nos aproxima do

²¹ “[...] *the so called 'liberal communists' such as George Soros and Bill Gates who combine rapacious pursuit of profit with the rhetoric of ecological concern and social responsibility.*”

²² “[...] *the affects that predominate in late capitalism are fear and cynicism.*”

²³ “*The invocation of the idea that 'there is no alternative', and the recommendation to 'work smarter, not harder', shows how capitalist realism sets the tone for labor disputes in post-Fordism. Ending the inspection regime, one lecturer sardonically remarked, seems more impossible than ending slavery was. Such fatalism can only be challenged if a new (collective) political subject emerges.*”

entendimento de que é necessária uma luta política que apresente, de fato, alternativas palatáveis. Afinal, como aprendemos, essa não parece ser a especialidade do “realismo capitalista”. Assim, para que o velho não apenas morra, mas sobretudo seja superado e, destarte, o novo possa nascer é preciso pautar outra realidade que seja vista como oposta à hegemonia. Daí, a necessidade de compreendermos o momento de desespero da ordem vigente para, com isso, podermos nos contrapor ao que ela propõe. Esse será o tema da próxima seção.

Neoliberalismo totalitário: a privatização do Estado

Começamos nossa análise pelo entendimento de que a crise capitalista global de 2008 fez com que o neoliberalismo, como racionalidade assentada nos aspectos elencados neste artigo, morresse. No entanto, ele não acabou tendo em vista não ter sido desenvolvida nenhuma alternativa a ele. Assim, como disse Mark Fisher, precisamos pensar em estratégias capazes de matar um zumbi (2013, on-line). Isso porque, a forma do capitalismo predominante após a queda do Muro de Berlim passa por uma reconfiguração destinada a maximizar a capacidade do sistema de explorar a classe trabalhadora.

Compreenderemos que as novas táticas desse zumbi se referem, como sustentado pela filósofa brasileira Marilena Chauí, à constituição de uma face totalitária do neoliberalismo (2019, on-line). Assim, se estabelece uma agenda em que, para além da impossibilidade de imaginarmos alternativas, não há diferenciação entre as estruturas de dominação, coerção e repressão. Toda a vida em sociedade passa a operar com base em um único modelo de subjetividade que pretende a garantia dos privilégios da elite. Assim, a partir do desemprego estrutural, da terceirização, da monetarização e da transnacionalização da economia, da representação da ciência como força produtiva, da polarização do antagonismo de classes, do desenvolvimento de um novo imperialismo e da ampliação da vigilância e do controle via web ocorre o surgimento de uma nova forma do capital calcada na privatização.

Para denominar o neoliberalismo com o termo “totalitarismo”, Chauí recorre às formulações da Escola de Frankfurt, qual seja, a ideia de uma sociedade administrada com base em uma ideologia tecnocrática que leva à formatação – e, desse modo deformação porque “semi-formação” – de

sujeitos unidimensionais (aqui, tem-se, mais uma vez, o assassinato da alteridade). Essa prática de administração se sustenta em dois pilares:

[...] o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. A administração é concebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. **A prática administrada transforma uma instituição social numa organização.** (CHAUI, 2019, on-line) [grifo nosso].

Uma instituição social possui temporalidade aberta, ou seja, é pensada como eterna e possui determinadas características apresentadas como imutáveis. Já uma organização social é marcada pela temporalidade fechada. Desse modo, opera com os princípios caros à gestão, notadamente eficiência e eficácia. Trata-se, portanto, de uma estrutura de caráter privado que se constitui com base na efemeridade (de acordo com o toyotismo) e que é comandada por um gestor/gerente que não compreende sua dimensão social, mas, em verdade, preocupa-se com o aspecto financeiro e lucrativo de tal. Sendo assim, por meio dessa racionalidade, todas as relações em sociedade são mercadoria e, destarte, tudo é equivalente e administrável por regras gerais. Há, portanto, uma recusa à heterogeneidade que configura esse totalitarismo, que é novo.

Isso porque:

[...] em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores²⁴, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituía a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: a empresa – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. (CHAUI, 2019, on-line).

Com isso, podemos compreender o porquê de a prática neoliberal neste seu estágio totalitário operar a partir da privatização dos direitos da população e dos serviços públicos, dos quais os cidadãos passam a ser apenas consumidores. Esse aspecto leva a ideia de indivíduo como

²⁴ Nesta análise, entendemos “formas totalitárias anteriores” como sendo, especificamente, o fascismo italiano e o nazismo alemão, regimes que atuaram como braço armado do capitalismo tendo como método a generalização de um modelo de sociabilidade visto como total.

empreendimento a um nível inimaginável dentro da lógica do neoliberalismo clássico uma vez que, agora, essa realidade é geral a todos e a todas. Não é possível viver com base em outro modelo que não o do mundo privado. Se, antes, por exemplo, servidores públicos estavam condicionados a outra forma de venda da força de trabalho, tem-se aqui a retirada de benefícios com foco à precarização da máquina estatal tendo em vista tratar-se, no atual momento, de uma empresa – como todas as outras e como tudo o que existe.

Dessa maneira,

O salário não é visto como tal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. O indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e para interiorizar a culpa quando não vencer a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, destruindo a percepção de si como membro ou parte de uma classe social e de uma comunidade, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio. (CHAUI, 2019, on-line).

As consequências do neoliberalismo totalitário são, notadamente, a introdução de uma nova classe trabalhadora, o “precariado” (BRAGA, 2012), fruto da “uberização” do trabalho (ANTUNES, 2018), sendo essa uma forma de produção flexível, sem direitos e sem vínculo empregatício formal; o fim das possibilidades de democracia dentro do capitalismo; a judicialização da política; o ódio ao Outro como ataque ao bem viver; a transformação dos adversários em corruptos; o controle sobre o judiciário e uma prática de limpeza ideológica em combate ao pensamento crítico. Ademais, há uma atmosfera de fugacidade em que o espaço é reduzido ao aqui e o tempo ao agora. “Volátil e efêmera, nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz [...]” (CHAUI, 2019, on-line).

No Brasil, esse processo de retirada de direitos necessário à manutenção do capitalismo não poderia ser implementado por alguém de esquerda como a presidenta Dilma Rousseff. Essa constatação leva ao golpe de 2016. Afinal, sendo o neoliberalismo – e, sobretudo, neste seu momento totalitário – uma “[...] força desdemocratizante [...]” (BALLESTRIN, 2018, p. 149), surge a necessidade de a contrarrevolução/contrarreforma ser orquestrada por um governo golpista ilegítimo. Além disso, através de uma estrutura complexa de conspiração política, jurídica, midiática, policial e militar, temos, em 2018, um processo eleitoral decidido a partir de uma fraude processual mediante violação da Constituição que impediu a candidatura a presidente do líder das

pesquisas. Tal prática culminou na eleição de uma agenda alinhada aos interesses do neoliberalismo zumbi.

Nesse contexto, segundo Ballestrin, “A noção de um fundamentalismo ou totalitarismo neoliberal, cuja privatização radical da vida face à desconstituição também radical do público, enfrenta alternativas de resistências muito residuais, quando não cooptáveis.” (2018, p. 156). Esse seria o efeito de anos de “realismo capitalista”. Após o aborto das alternativas e da generalização da esterilidade de ideias, há o império da resignação fatalista daqueles que se enxergam dentro de uma “jaula de aço” (WEBER, 2004, p. 165). Temos o auge da atopia em que não existe lugar para o Outro.

No próximo item, nos debruçaremos sobre a chance de ameaça a essa realidade unidimensional e totalitária. Afinal, apesar da tragédia inconclusa à qual estamos submetidos neste momento e da hegemonia conformista difundida nas últimas décadas, temos de saber que, como disse Foucault, onde há poder, há resistência²⁵ (1976, p. 125) [tradução nossa].

Fim do fim da história e a morte do zumbi

Diante dos elementos apresentados, podemos inferir que, com a crise de 2008, o neoliberalismo morreu, mas não acabou e, sendo assim, mostra sua face zumbi (FISHER, 2013, online) que é o totalitarismo. A partir dessa perspectiva, perceberemos que o capitalismo vive um momento de desespero que implica a retirada de direitos da classe trabalhadora e a destruição da democracia e da república, ou seja, de tudo o pressupõe a categoria “público” como artífice da construção do poder popular. Nesse momento, os interesses hegemônicos pretendem aproveitarem-se do “realismo capitalista” difundido nas últimas décadas afirmando não haver alternativas. Surge, dessa maneira, a necessidade de maximizar o ataque à alteridade resistente. O que, por sua vez, leva à constituição de uma “jaula de aço” (WEBER, 2004, p. 165) – isto é, o capitalismo no auge de sua burocracia.

O mundo cruel poderia levar os oprimidos à revolta, entretanto não é isso o que vemos. Sua morte pode ter privado a doutrina neoliberal do ímpeto de avanço que possuía, mas, apesar disso,

²⁵ Em francês: “[...] *que là où il y a pouvoir, il y a résistance* [...]”.

como Fisher nos ensinou, “[...] às vezes é mais difícil matar um zumbi do que uma pessoa viva.”²⁶ (2013, on-line) [tradução nossa]. Ou seja, o grande desafio da esquerda, enquanto campo engajado à luta por outras sociabilidades, é superar esse velho modelo a partir da materialização do novo. O que, por sua vez, não é nada simples. Afinal,

O neoliberalismo pode não ter conseguido se tornar mais atraente do que outros sistemas, mas se vendeu como o único modo “realista” de governança. O sentido de “realismo” aqui é uma conquista política desgastada, e o neoliberalismo conseguiu impor um modelo de realidade modelado em práticas e suposições vindas do mundo dos negócios.²⁷ (FISHER, 2013, on-line) [tradução nossa].

Nessa perspectiva, concluímos que a luta política deve apontar para a formação de uma outra hegemonia caso o objetivo seja reabrir o horizonte temporal. Desse modo, o fim do fim da história aparece como imperativo categórico urgente àqueles e àquelas que almejam derrotar o, ainda consensual no imaginário coletivo, TINA. Sendo assim, é fundamental – para além da horizontalidade ou da unidade – a organização rizomática coordenada de diversos coletivos. Análise, que, por sua vez, leva à defesa da vida daqueles marginalizados pelo sistema porque subversivos a ele. Se o bem viver é uma alternativa, ele deve ser a nossa utopia para que possamos superar a atopia da “jaula de aço” – que, como Marx já nos mostrou (2013, p. 701), sofre com os buracos causados pela foice e pelo martelo da luta de classes.

Últimas palavras

Durante a escrita deste texto, havia morte na atmosfera.

Após a leitura do artigo, esperamos ter contribuído para o desenvolvimento de um debate coeso que possibilite a formulação de questionamentos, respostas e compreensões sobre a conjuntura e, com isso, permita o rompimento com a lógica hegemônica de ataque ao bem viver, assassinato da alteridade e fim da história atrelada à atopia neoliberal do “*there is no alternative*”, paradigma do “realismo capitalista” que, atualmente, serve a um neoliberalismo zumbi de face totalitária.

²⁶ “[...] *it is sometimes harder to kill a zombie than a living person.*”

²⁷ “*Neoliberalism may not have succeeded in making itself more attractive than other systems, but it has sold itself as the only “realistic” mode of governance. The sense of “realism” here is a hard worn political achievement, and neoliberalism has succeeded in imposing a model of reality modeled on practices and assumptions coming out of the business world.*”

Em uma entrevista informal, em vídeo, durante um protesto do qual participava em 2011, Eduardo Galeano disse que estamos todas & todos & todes grávidas & grávidos & grávides de um outro mundo. Segundo ele, o amanhã melhor nasce da podridão do hoje. Tendo em vista nossa condição, nos interessa esperar esse inédito-viável. Se o neoliberalismo é o fatalismo da esterilidade e do genocídio, lutemos pelo otimismo da vontade que nos permitirá parir esse outro mundo possível. Há alternativa.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. 328 p.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 149-164, dez. 2018. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012. 264 p.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, p. 48-68, jul. 2004.

CASARA, Rubens R. R. **O estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 212 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Eduardo Viveiros de Castro: “Ce qui se passe au Brésil relève d’un génocide”. [19 de maio, 2020]. França: **Philosophie Magazine**. Disponível em: <https://www.philomag.com/lactu/temoignages/eduardo-viveiros-de-castro-ce-qui-se-passe-au-bresil-releve-dun-genocide-43226>. Acesso em: 03 ago. 2020.

CERQUEIRA, Jackson Bonfim Almeida de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p. 169-189, jul. 2008. Semestral. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/39/1.7_uma_visao_do_neoliberalismo.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A Terra é Redonda**, São Paulo, 06 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 28 maio 2020.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 45, p. 5-27, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a02n45.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

EDUARDO Galeano – Este mundo está grávido de outro. Barcelona: acampadaBCN. (11 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mdY64Tdrijk&feature=emb_logo. Acesso em: 03 jul. 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 400 p.

FISHER, Mark. **Capitalist Realism: Is There No Alternative?**. Winchester: Zero Books, 2009.

FISHER, Mark. How to kill a zombie: strategizing the end of neoliberalism. **openDemocracy**, Londres, 18 jul. 2013. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/how-to-kill-zombie-strategizing-end-of-neoliberalism/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de março de 1979. In: **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 297-328.

FOUCAULT, Michel. La volonté de savoir. In: **Histoire de la sexualité**. Paris: Gallimard, 1976, p. 01-211.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em

Administração, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRERO ROJAS, Felipe Alejandro. Os agentes da economia chilena: os perfis dos Chicago boys e os monges da Cieplan. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 5, n. 1, jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/35759/22910>. Acesso em: 06 ago. 2020.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/livros/hayek-ocaminhodaservidao.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

JESUS, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de. A economia de John Maynard Keynes: uma pequena introdução. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 118-137, jan. 2011. Semestral. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/2175-8085.2011v14n1p118/21686>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 103-112, 1996. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 75-89.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley, org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107.

Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

PORTO, Maria Célia da Silva. Estado e neoliberalismo no brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas – neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, 4., 2009, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2009. p. 1-9. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Grande Depressão e a Grande Recessão: uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. **Revista Econômica**, Niterói, v. 13, n. 2, p. 9-44, dez. 2011. Mensal. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/download/34830/20086>. Acesso em: 04 ago. 2020.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 208 p.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.